

<b>Jornal Notícias</b>  18-10-2006	Periodicidade:	<b>Diário</b>	Temática:	<b>Internacional</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>261 cm²</b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>S/PB</b>
	Tiragem:	<b>150515</b>	Página (s):	<b>44</b>

## Terrorismo

# Bush autoriza agressividade contra suspeitos

Nova lei permite julgar alegados terroristas em tribunais militares sem direito a defesa.

Comissão do PE que investiga voos da CIA vem a Portugal no próximo dia 6 de Dezembro

►► O presidente norte-americano assinou, ontem, uma lei que permite o recurso a métodos agressivos de interrogatório e de julgamento pelos tribunais militares aos suspeitos de terrorismo tidos como alegados cérebros dos ataques de 11 de Setembro. Para George W. Bush, esta lei é um “instrumento vital” da luta contra o terrorismo, mas recusou a acusação de que a Casa Branca estava a autorizar a tortura contra os presumíveis terroristas.

A nova lei permite à CIA prosseguir com interrogatórios efectuados em locais secretos recorrendo a métodos que, segundo os seus detractores, confinam a tortura. Na verdade, George W. Bush outorga a si próprio o poder de interpretação das regras internacionais sobre o tratamento de prisioneiros. Na prática, o novo articulado per-

mite o julgamento de alegados terroristas por tribunais militares, mas não concede, por exemplo, o direito de defesa a cada um dos acusados.

A lei, oportunamente assinada a três semanas das eleições legislativas cada vez mais perigosas para a maioria republicana de Bush, já foi objecto de recurso para os tribunais.

Entretanto, a comissão temporária do Parlamento Europeu sobre as alegadas actividades ilegais da CIA solicitou uma audiência ao ministro dos Negócios Estrangeiros para o próximo dia 6 de Dezembro. Além de Luís Amado, que revelou disponibilidade apesar de ainda não ter consultado a agenda, a comissão solicitou encontros com o presidente do Instituto Nacional de Aviação Civil, Luís Almeida, o presidente da Navegação

Aérea Portuguesa, Carlos Gonçalves da Costa, o director do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Jarmela Palos, o director-geral do Serviço de Informações e Segurança, Antero Luís, e ainda com o presidente da comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia da República, José Luís Arnaut.

Embora a lista de pedidos de audiência só contemple responsáveis em funções, a eurodeputada Ana Gomes mantém a expectativa de ouvir autoridades do passado. Tanto quanto sabe, disse, o “elenco” de responsáveis a ouvir “não está ainda fechado”.

A deputada justificara o seu interesse em ouvir ex-responsáveis pelo facto de muitos voos da CIA com escala em Portugal e que poderão levantar suspeita terem ocorrido em 2002, 2003 e 2004. ◀

SHAWN THEW/EPA



**George W. Bush** diz que a nova lei é um “instrumento vital”

